



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU ENTIDADE ESPECIALIZADA PARA O GERENCIAMENTO, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE BOM CONSELHO – PE.

Unidade Requisitante: Fundo Municipal de Saúde

Data: 01 de outubro de 2025

1. Identificação da Necessidade

A Secretaria Municipal de Saúde de Bom Conselho – PE é responsável pela execução das políticas públicas de saúde no âmbito municipal, abrangendo ações de atenção básica, vigilância em saúde, programas estratégicos e serviços de média complexidade. Atualmente, o município enfrenta limitações operacionais e de pessoal para a execução direta das atividades de gestão, operacionalização e execução dos serviços de saúde, o que tem comprometido a regularidade e a eficiência do atendimento à população. Diante desse cenário, torna-se imprescindível a adoção de medidas administrativas que assegurem a continuidade e a qualidade dos serviços prestados à comunidade.

O problema que se pretende resolver com esta contratação está relacionado à carência de estrutura administrativa e técnica adequada para gerir e executar diretamente as ações e serviços de saúde. A administração municipal enfrenta insuficiência de pessoal efetivo para desempenhar as funções assistenciais e de apoio, além da ausência de mecanismos internos de controle e gestão operacional eficientes. Essa situação pode ocasionar a paralisação parcial dos serviços, o comprometimento do atendimento à população e o descumprimento de obrigações legais e sanitárias impostas pelos órgãos de controle e pelas normas do Sistema Único de Saúde (SUS).

A demanda pela contratação surgiu a partir de relatórios técnicos elaborados pela Secretaria Municipal de Saúde, que apontaram déficit operacional nas unidades de saúde, além de





solicitações das coordenações de atenção básica e vigilância em saúde, diante da sobrecarga das equipes municipais. Também foram consideradas as recomendações do Conselho Municipal de Saúde, que destacou a importância de garantir a continuidade e a qualidade dos serviços ofertados à população. Diante dessas manifestações, constatou-se a necessidade de contratar empresa ou entidade especializada para realizar o gerenciamento, a operacionalização e a execução das ações e serviços de saúde no Município de Bom Conselho – PE, conforme descrito no edital e seus anexos.

A contratação proposta está alinhada ao Plano Municipal de Saúde (PMS) e à Programação Anual de Saúde (PAS) vigentes, bem como à Política Nacional de Atenção Básica (PNAB). Além disso, está em conformidade com o Plano Plurianual (PPA) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) do Município, atendendo aos princípios da eficiência e da continuidade do serviço público, previstos no artigo 37, caput, da Constituição Federal, e no artigo 11, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021. Dessa forma, a contratação se insere no planejamento estratégico da gestão municipal e visa dar suporte técnico e operacional às ações de saúde pública.

A não realização desta contratação poderá acarretar consequências graves, como a interrupção de serviços assistenciais de saúde, a dificuldade na execução de programas federais e estaduais — a exemplo da Estratégia Saúde da Família (ESF), Núcleo Ampliado de Saúde da Família (NASF) e Vigilância Epidemiológica —, além de prejuízos diretos à população, com aumento da demanda reprimida e risco à saúde pública. Ademais, poderá haver o descumprimento de metas sanitárias e administrativas estabelecidas pelos órgãos de controle e pelas pactuações do SUS, comprometendo os indicadores municipais de saúde e a credibilidade da gestão pública.

Com a contratação, espera-se garantir a continuidade e a eficiência dos serviços de saúde prestados à população, assegurando melhor gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros vinculados às unidades de saúde. Espera-se, ainda, promover maior controle e transparência na execução das ações, bem como aprimorar os indicadores de saúde e a qualidade do atendimento oferecido aos cidadãos de Bom Conselho. Assim, a presente contratação é medida necessária, adequada e alinhada ao interesse público, visando assegurar a manutenção e o aprimoramento das ações e serviços de saúde no município.

2. Justificativa da Necessidade





A contratação de empresa ou entidade especializada para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde no Município de Bom Conselho – PE se justifica pela necessidade de garantir a continuidade e a eficiência dos serviços públicos de saúde, considerados essenciais e de natureza ininterrupta. A Secretaria Municipal de Saúde, responsável pela execução das políticas públicas na área, enfrenta limitações estruturais e de pessoal que impossibilitam a realização direta e integral dessas atividades pela administração pública municipal.

Nos últimos exercícios, verificou-se um aumento significativo na demanda por atendimentos e serviços de saúde, impulsionado pelo crescimento populacional, pela ampliação dos programas do Sistema Único de Saúde (SUS) e pela necessidade constante de fortalecimento da atenção básica e da vigilância em saúde. Contudo, a estrutura administrativa e operacional da Secretaria não tem se mostrado suficiente para atender, de forma plena, às exigências da rede municipal, especialmente no que se refere à gestão de equipes, suprimentos, logística, controle de metas e execução de programas federais e estaduais.

A situação torna-se ainda mais relevante diante da essencialidade dos serviços de saúde, cuja paralisação ou deficiência pode gerar graves prejuízos à população e comprometer a efetividade das ações públicas de prevenção, tratamento e promoção da saúde. É dever do Município assegurar o pleno funcionamento das unidades de saúde, garantindo o acesso da população a atendimentos de qualidade, em conformidade com os princípios da universalidade, integralidade e equidade que regem o SUS.

Além disso, a contratação visa corrigir deficiências operacionais identificadas em auditorias internas e relatórios de gestão, que apontaram fragilidades no gerenciamento de recursos humanos e materiais, bem como na execução de ações e serviços vinculados à atenção básica e aos programas de saúde pública. A solução mais eficiente, diante do quadro atual, é a contratação de empresa ou entidade com experiência comprovada na gestão de serviços de saúde, capaz de proporcionar maior eficiência administrativa, controle de resultados e transparência na aplicação dos recursos públicos.

A presente contratação, portanto, busca assegurar o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Municipal de Saúde (PMS) e na Programação Anual de Saúde (PAS), instrumentos que norteiam as ações e investimentos na área, além de garantir a conformidade com o Plano Plurianual (PPA) e com a Lei Orçamentária Anual (LOA) do Município. A iniciativa encontra





respaldo nos princípios da eficiência, da continuidade do serviço público e do interesse público, previstos na Constituição Federal e na Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, a necessidade da contratação está plenamente demonstrada, considerando que a administração municipal não dispõe, no momento, de estrutura e equipe suficientes para executar diretamente as ações e serviços de saúde em sua totalidade. A medida é imprescindível para manter o funcionamento regular das unidades de saúde, assegurar o atendimento adequado à população e promover o fortalecimento do sistema municipal de saúde. A contratação pretendida, portanto, é necessária, oportuna e plenamente justificada, constituindo instrumento essencial para garantir a continuidade e a qualidade dos serviços públicos de saúde em Bom Conselho – PE.

3. Origem da Demanda

A presente demanda originou-se a partir da constatação, pela Secretaria Municipal de Saúde de Bom Conselho – PE, da necessidade de assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços públicos de saúde prestados à população. Diversos relatórios técnicos e administrativos elaborados pelas coordenações das áreas de Atenção Básica, Vigilância em Saúde, Assistência Farmacêutica e Planejamento indicaram deficiências operacionais e a insuficiência de recursos humanos para a execução direta das ações e serviços de saúde sob responsabilidade do Município.

Esses documentos apontaram que a estrutura atual da Secretaria Municipal de Saúde não dispõe de pessoal efetivo em quantidade suficiente, nem de capacidade técnica e logística adequada para realizar, de forma direta e eficiente, o gerenciamento e a execução integral das atividades de saúde. O aumento da demanda por atendimentos médicos, odontológicos e de enfermagem, aliado à ampliação dos programas e serviços vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS), tornou evidente a necessidade de reforço operacional e gerencial, de modo a evitar prejuízos à população e garantir o cumprimento das metas pactuadas com os governos estadual e federal.

Além dos relatórios internos, a demanda foi reforçada por manifestações formais do Conselho Municipal de Saúde, órgão de controle social, que destacou a importância da manutenção da regularidade e da continuidade dos serviços essenciais de saúde no município. O Conselho recomendou a adoção de medidas administrativas que possibilitassem o fortalecimento da rede municipal e a ampliação da capacidade de resposta do sistema público de saúde local.





Também contribuíram para a formalização desta necessidade as recomendações apresentadas pela Coordenação de Planejamento e Gestão da Secretaria de Saúde, que identificou gargalos na gestão de contratos, na administração de insumos e na execução de programas de saúde pública, propondo a adoção de modelo de gestão capaz de integrar ações e racionalizar o uso dos recursos.

Assim, a origem da demanda está vinculada à necessidade real e comprovada de garantir a continuidade, a eficiência e a melhoria da prestação dos serviços de saúde no Município de Bom Conselho – PE. A situação foi devidamente analisada pelos setores técnicos e administrativos da Secretaria Municipal de Saúde, resultando na proposição de contratação de empresa ou entidade especializada para realizar o gerenciamento, a operacionalização e a execução das ações e serviços de saúde municipais, de forma a atender às exigências legais, operacionais e sanitárias.

Dessa forma, a demanda não surgiu de forma isolada ou eventual, mas sim do processo contínuo de avaliação e monitoramento das condições de funcionamento do sistema municipal de saúde, constituindo resposta planejada e necessária às carências identificadas e aos desafios enfrentados pela gestão pública local.

4. Descrição da Solução Pretendida

A solução pretendida consiste na contratação de empresa ou entidade especializada para a execução, de forma integrada e contínua, do gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde no âmbito do Município de Bom Conselho – PE, conforme as diretrizes estabelecidas pela Secretaria Municipal de Saúde e em consonância com as políticas do Sistema Único de Saúde (SUS).

O objetivo central é assegurar a prestação eficiente, regular e qualificada dos serviços de saúde, abrangendo as unidades básicas, programas estratégicos e demais ações vinculadas à atenção primária e à vigilância em saúde. A empresa ou entidade contratada deverá atuar sob supervisão e coordenação da Secretaria Municipal de Saúde, observando as metas, indicadores e parâmetros de desempenho definidos em contrato e no respectivo termo de referência.

A solução contempla a gestão administrativa, técnica e operacional dos serviços, incluindo a coordenação de equipes multiprofissionais, o gerenciamento de recursos humanos, o apoio logístico e administrativo, o controle de insumos e materiais, e a execução das atividades de





planejamento, monitoramento e avaliação das ações de saúde. O gerenciamento deverá priorizar a eficiência no uso dos recursos públicos, a melhoria dos processos de trabalho e o fortalecimento da atenção básica como eixo estruturante da rede de serviços.

Com a contratação, espera-se garantir a continuidade das atividades assistenciais e de gestão, evitando interrupções no atendimento à população e assegurando o cumprimento das metas estabelecidas pelo Plano Municipal de Saúde (PMS) e pela Programação Anual de Saúde (PAS). Além disso, busca-se implementar práticas modernas de gestão, baseadas em resultados e na transparência, de forma a proporcionar maior controle sobre as ações realizadas e os recursos aplicados.

A entidade ou empresa contratada deverá dispor de capacidade técnica comprovada, experiência prévia na gestão de serviços de saúde e equipe qualificada, composta por profissionais de nível superior e médio, devidamente registrados em seus respectivos conselhos de classe, além de infraestrutura administrativa adequada ao desempenho das atividades. O modelo de execução adotado deverá garantir a integração entre os diversos setores da Secretaria de Saúde, possibilitando o acompanhamento permanente dos resultados e a adoção de medidas corretivas sempre que necessário.

Essa solução foi considerada a mais viável e eficiente diante da realidade atual do Município, uma vez que permite atender de forma imediata às necessidades da população, otimizar recursos e assegurar a manutenção da qualidade dos serviços públicos de saúde. Trata-se, portanto, de uma medida que combina eficiência administrativa, economicidade e atendimento ao interesse público, em conformidade com os princípios da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Dessa forma, a contratação pretendida representa uma solução técnica e operacional adequada para enfrentar as limitações estruturais do município e garantir a oferta contínua e eficiente de serviços de saúde, assegurando, ao mesmo tempo, o cumprimento das obrigações legais e o alcance das metas institucionais estabelecidas pela gestão municipal.

5. Análise de Alternativas

Com o objetivo de identificar a solução mais adequada para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde no Município de Bom Conselho – PE,





foram avaliadas diferentes alternativas, considerando aspectos técnicos, operacionais, econômicos e legais.

A seguir, apresentam-se as alternativas analisadas e as respectivas conclusões:

5.1. Alternativa 1 – Execução direta pela Administração Pública Municipal

- **Descrição:**

Execução direta das atividades pela própria Secretaria Municipal de Saúde, mediante ampliação do quadro efetivo e reorganização interna dos serviços.

- **Vantagens:**

- Controle total pela Administração;
- Integração direta com as políticas públicas municipais.

- **Desvantagens:**

- Limitações orçamentárias e legais para contratação de novos servidores, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal;
- Falta de estrutura técnica e gerencial para execução imediata;
- Tempo elevado para realização de concurso público e capacitação de pessoal;
- Risco de descontinuidade dos serviços essenciais durante o processo de transição.

- **Conclusão:**

Alternativa considerada inviável a curto prazo, devido às restrições orçamentárias e à urgência na continuidade dos serviços de saúde.

5.2. Alternativa 2 – Consórcio público ou convênio com outro ente federativo

- **Descrição:**

Celebração de convênio ou formação de consórcio público com outro município ou ente federativo para execução compartilhada das ações e serviços de saúde.

- **Vantagens:**

- Possibilidade de compartilhamento de custos e recursos;
- Integração regional e troca de experiências administrativas.

- **Desvantagens:**

- Inexistência, no momento, de consórcio público ativo na região apto a assumir essa função;
- Complexidade legal e administrativa para criação ou adesão a novo consórcio;





- Tempo elevado para regularização e estruturação do modelo;
- Incompatibilidade com a necessidade imediata de continuidade dos serviços.

- **Conclusão:**

Alternativa considerada inviável no momento, por não atender à urgência e às condições operacionais do município.

5.3. Alternativa 3 – Contratação de organização sociedade civil (OSC) ou entidade sem fins lucrativos

- **Descrição:**

Estabelecimento de parceria por meio de contrato de gestão ou termo de colaboração com organização social qualificada na área da saúde.

- **Vantagens:**

- Possibilidade de gestão mais flexível e voltada a resultados;
- Experiência técnica de entidades especializadas;
- Foco na eficiência e no desempenho.

- **Desvantagens:**

- Ausência, no momento, de entidades qualificadas no município para atuar nesse modelo;
- Necessidade de estrutura normativa específica e processo de qualificação prévio;
- Tempo e complexidade para implantação e formalização da parceria;
- Inviabilidade de aplicação imediata diante da urgência da demanda.

- **Conclusão:**

Alternativa parcialmente viável, porém não aplicável de forma imediata à realidade atual do município.

5.4. Alternativa 4 – Contratação de empresa ou entidade especializada mediante dispensa de licitação

- **Descrição:**

Contratação direta, por dispensa de licitação, com fundamento no artigo 75 da Lei Federal nº 14.133/2021, de empresa ou entidade com comprovada experiência em gestão e execução de serviços de saúde.





- **Vantagens:**

- Atendimento imediato à necessidade pública;
- Continuidade dos serviços essenciais;
- Preservação da eficiência e da regularidade no atendimento à população;
- Possibilidade de controle e acompanhamento contratual pela Secretaria Municipal de Saúde;
- Flexibilidade administrativa e operacional para adequação de equipes e metas.

- **Desvantagens:**

- Contratação de natureza temporária, exigindo planejamento posterior para licitação definitiva;
- Necessidade de rigoroso acompanhamento e fiscalização contratual.

- **Conclusão:**

Alternativa mais adequada e viável diante do cenário municipal, pois garante a continuidade e a eficiência dos serviços de saúde, atendendo ao interesse público e à urgência da demanda.

5.5. Conclusão geral da análise

Após a avaliação das alternativas apresentadas, conclui-se que a contratação direta, por dispensa de licitação, representa a solução mais eficiente, exequível e vantajosa para o Município de Bom Conselho – PE.

Essa alternativa permite garantir a continuidade dos serviços públicos de saúde de forma imediata, atender às demandas da população e assegurar a manutenção da qualidade e da eficiência da rede municipal, até que seja possível a realização de processo licitatório definitivo.

6. Avaliação de Riscos

A gestão de riscos constitui etapa essencial do planejamento da contratação pública, conforme o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, e tem como objetivo antecipar possíveis eventos que possam comprometer a execução contratual, prevenindo falhas e garantindo a continuidade dos serviços públicos.





No caso da presente contratação, que envolve o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde no Município de Bom Conselho – PE, foram identificados riscos de natureza técnica, operacional, financeira e administrativa.

A tabela a seguir apresenta a relação dos principais riscos identificados, seu impacto potencial e as respectivas medidas preventivas e corretivas propostas para mitigação.

| Nº | Risco Identificado | Impacto Potencial | Causas Prováveis | Medidas Mitigadoras / Preventivas |
|----|--|-------------------|---|---|
| 1 | Execução insatisfatória dos serviços contratados | Alto | Falta de capacidade técnica da contratada, deficiência na gestão de pessoal ou na supervisão das atividades. | Exigir comprovação de capacidade técnica; definir metas e indicadores de desempenho; realizar fiscalização contínua e avaliações periódicas; aplicar penalidades quando cabíveis. |
| 2 | Descontinuidade ou paralisação dos serviços | Muito alto | Atrasos administrativos, problemas financeiros da contratada ou inadimplemento contratual. | Planejamento financeiro prévio; garantia orçamentária; cronograma de pagamentos regulares; monitoramento físico-financeiro; cláusulas de substituição contratual. |
| 3 | Atrasos no cumprimento de metas e prazos | Médio | Planejamento deficiente, rotatividade de pessoal, falhas de comunicação entre a contratada e a Secretaria de Saúde. | Estabelecer cronograma detalhado; definir metas intermediárias; fiscal responsável pelo acompanhamento; reuniões periódicas; sanções por atrasos injustificados. |
| 4 | Irregularidades na aplicação dos recursos públicos | Alto | Falhas de controle interno, ausência de prestação de contas | Implantar controles financeiros rigorosos; exigir relatórios contábeis periódicos; auditorias |





| | | | | |
|---|--|-------|---|--|
| | | | tempestiva, ou falta de transparência financeira. | internas; transparência nos repasses e gastos; acompanhamento conjunto da Controladoria Municipal. |
| 5 | Resistência ou falhas na transição operacional | Médio | Falta de planejamento na transição, comunicação deficiente ou resistência de servidores e equipes locais. | Elaborar plano de transição; realizar capacitação prévia; reuniões de integração; designar equipe de interlocução direta entre contratada e Secretaria de Saúde. |
| 6 | Questionamentos pelos órgãos de controle | Médio | Falhas na instrução processual ou documentação incompleta. | Instruir o processo com todos os documentos obrigatórios (ETP, Termo de Referência, estimativa de custos, parecer jurídico); registro de todas as etapas; transparência e cooperação com órgãos de controle. |

A análise de riscos evidencia que, embora existam fatores que possam afetar a execução contratual, todos eles são passíveis de mitigação mediante medidas preventivas, controles internos eficazes e acompanhamento contínuo.

Os riscos de maior impacto estão relacionados à execução insatisfatória e à possível descontinuidade dos serviços, o que reforça a importância da fiscalização técnica permanente, do planejamento financeiro adequado e da escolha criteriosa da contratada.

Com a adoção das medidas mitigadoras apresentadas, o Município de Bom Conselho – PE poderá minimizar as probabilidades de falhas e assegurar a continuidade, a eficiência e a transparência na prestação dos serviços públicos de saúde, garantindo o atendimento pleno às necessidades da população e o cumprimento dos princípios da administração pública.

7. Estimativa de Custo





A estimativa de custos constitui etapa essencial do Estudo Técnico Preliminar, permitindo ao gestor público avaliar a viabilidade financeira da contratação e assegurar que os valores previstos estejam compatíveis com o mercado.

Para o presente objeto, foram considerados os seguintes critérios:

1. Pesquisa de preços de mercado, com base em contratos similares, tabelas de referência do SUS e valores praticados por empresas especializadas em serviços de saúde;
2. Análise detalhada de insumos e serviços necessários para a operacionalização completa das ações de saúde;
3. Margem de contingência para eventual ajuste de despesas relacionadas a variações de custos de pessoal, insumos e deslocamentos.

Os valores apresentados correspondem à estimativa de custos para o período de execução do contrato e servem de base para a formalização do orçamento e fundamentação da dispensa de licitação.

| CBO | CATEGORIA PROFISSIONAL | QTDE |
|---------|--|------|
| 3224-30 | AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA | 07 |
| 2232-93 | CIRURGIÃO DENTISTA DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA | 10 |
| 2235-65 | ENFERMEIRO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA | 15 |
| 2235-05 | ENFERMEIRO | 07 |
| 2238-10 | FONOAUDIÓLOGO | 01 |
| 2236-05 | FISIOTERAPEUTA | 06 |
| 5152-15 | AUXILIAR DE LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS | 03 |
| 2251-51 | MÉDICO ANESTESISTA | 02 |
| 2251-25 | MÉDICO CLÍNICO GERAL | 18 |
| 2252-25 | MÉDICO CIRURGIÃO | 04 |
| 2251-20 | MÉDICO CARDIOLOGISTA | 01 |
| 2251-42 | MÉDICO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA | 04 |
| 2251-24 | MÉDICO PEDIATRA | 02 |
| ----- | MÉDICO OUTRAS ESPECIALIDADES | 05 |
| 2515-10 | PSICÓLOGO CLÍNICO | 02 |
| 3222-45 | TÉCNICOS DE ENFERMAGEM DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA | 14 |
| 3222-05 | TÉCNICOS DE ENFERMAGEM | 20 |
| 1312-25 | SANITARISTA | 01 |
| 5143-20 | AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS | 24 |
| 4221-10 | ATENDENTE | 21 |
| 4141-05 | AUXILIAR DE ALMOXARIFADO | 02 |
| 4121-10 | DIGITADOR | 07 |
| 7825-10 | CONDUTOR | 16 |
| 1312-10 | COORDENADOR | 05 |
| 5132-05 | COZINHEIRO | 08 |
| 2234-05 | FARMACÊUTICO | 02 |
| 5152-10 | AUXILIAR DE FARMÁCIA | 16 |





| | | |
|---------|-----------------------|----|
| 5151-10 | MAQUEIRO | 04 |
| 5143-10 | TÉCNICO EM MANUTENÇÃO | 01 |
| 4221-05 | RECEPCIONISTA | 07 |
| 3241-15 | TÉCNICO EM RADIOLOGIA | 04 |

**QUANTITATIVOS DE METAS MÍNIMAS A SEREM ATINGIDAS (ANEXO I DO EDITAL)
COM ACRÉSCIMO DE 10% NO QUANTITATIVO DE METAS (ITEM 5.5.7, II DO EDITAL)**

| CÓDIGO SIGTAP | DESCRIÇÃO | QTDE |
|---------------|--|----------------|
| 01.01.01 | Educação em saúde | 177 |
| 01.01.02 | Saúde bucal | 395 |
| 01.01.04 | Alimentação e nutrição | 1411 |
| 02.01.02 | Outras formas de coleta de material | 1694 |
| 02.02.01 | Exames Bioquímicos | 29846 |
| 02.02.02 | Exames Hematológicos e Hemostasia | 8066 |
| 02.02.03 | Exames Sorológicos e Imunológicos | 2337 |
| 02.02.04 | Exames Coprológicos | 2178 |
| 02.02.05 | Exames de Uroanálise | 3697 |
| 02.02.06 | Exames Hormonais | 9825 |
| 02.02.08 | Exames Microbiológicos | 726 |
| 02.02.12 | Exames imuno hematológicos | 871 |
| 02.05.02 | Ultrassonografias dos demais sistemas | 121 |
| 02.14.01 | Teste realizado fora da estrutura de laboratório | 2823 |
| 03.01.01 | Consultas médicas/outros procedimentos de nível superior | 17746 |
| 03.01.04 | Outros atend. realizados por profissionais de nível superior | 564 |
| 03.01.06 | Consulta/Atendimento as urgências (em geral) | 20166 |
| 03.01.08 | Atendimento/Acompanhamento psicossocial | 2178 |
| 03.01.10 | Atendimentos de enfermagem (em geral) | 28435 |
| 03.02.05 | Assistência fisioterapêutica nas disf. musculoesqueléticas | 443 |
| 03.02.06 | Assistência fisioterapêuticas nas alterações em neurologia | 161 |
| 03.07.01 | Dentística | 290 |
| 03.07.02 | Endodontia | 290 |
| 04.01.01 | Pequenas cirurgias | 201 |
| 04.14.02 | Cirurgia oral | 209 |
| 04.07.03 | Colecistectomia | 161 |
| 04.07.04 | Hernioplastia | 20 |
| 04.09.04 | Vasectomia | 10 |
| 04.09.05 | Postectomia | 10 |
| 04.09.06 | Colpoperineoplastia | 10 |
| 04.09.06 | Histerectomia Total | 20 |
| 04.09.06 | Laqueadura Tubária | 42 |
| 04.09.06 | Miomectomia Uterina | 20 |
| 04.09.06 | Ooforectomia | 20 |
| 04.09.06 | Salpingectomia | 20 |
| 04.11.01 | Parto Cesariano | 63 |
| 04.17.01 | Anestesia | 211 |
| TOTAL | | 135.457 |





| 7 - PREVISÃO DA RECEITA E DESPESA (R\$1,00) | | | |
|---|--------------|--------------|--------------|
| RECEITA | TOTAL | VALOR MENSAL | VALOR ANUAL |
| PROPONENTE | - | - | - |
| CONCEDENTE | 6.007.093,88 | 1.501.773,47 | 6.007.093,88 |
| TOTAL GERAL | 6.007.093,88 | 1.501.773,47 | 6.007.093,88 |

| DESPESA | TOTAL | VALOR MENSAL | VALOR ANUAL |
|-------------|--------------|--------------|--------------|
| PROPONENTE | - | - | - |
| CONCEDENTE | 6.007.093,88 | 1.501.773,47 | 6.007.093,88 |
| TOTAL GERAL | 6.007.093,88 | 1.501.773,88 | 6.007.093,88 |

| 8 – CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$ 1,00) | | | | | | |
|---|--------------|--------------|--------------|--------------|---|---|
| CONCEDENTE | | | | | | |
| META | 1º MÊS | 2º MÊS | 3º MÊS | 4º MÊS | | |
| Desem bolso Mensal | 1.501.773,47 | 1.501.773,47 | 1.501.773,47 | 1.501.773,47 | | |
| PROPONENTE – ORGANIZAÇÃO PARCEIRA (CONTRAPARTIDA) | | | | | | |
| META | 1º MÊS | 2º MÊS | 3º MÊS | 4º MÊS | | |
| Desem bolso Mensal | - | - | - | - | - | - |

| 9 – DETALHAMENTOS DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS | |
|---|-------------------------|
| ESPECIFICAÇÃO | VALOR |
| Material de Consumo | R\$ 1.081.270,99 |
| Serviços de Terceiros – Pessoa Física | R\$ 3.904.611,01 |
| Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica | R\$ 300.440,89 |
| Custos Indiretos/Equipe Encarregada pela execução | R\$ 601.240,73 |
| Equipamentos e Materiais Permanentes | R\$ 119.530,25 |
| TOTAL | R\$ 6.007.093,88 |

A estimativa de custos apresentada demonstra que a contratação direta, por dispensa de licitação, é financeiramente viável e compatível com os preços de mercado para serviços





especializados em saúde.

Além disso, permite ao gestor público planejar adequadamente os recursos financeiros necessários, assegurando o cumprimento do orçamento e evitando contingências que possam comprometer a execução das ações de saúde no Município.

A adoção dessa estimativa como referência contribui para transparência, fundamentação legal e segurança jurídica do processo de contratação.

8. Impossibilidade de Execução Direta

No Município de Bom Conselho – PE, a contratação de empresa ou entidade especializada para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde é necessária para garantir a continuidade, a eficiência e a qualidade do atendimento à população. O artigo 75 da Lei nº 14.133/2021 prevê que a Administração Pública pode contratar diretamente a execução de serviços quando demonstrada a impossibilidade de execução pela própria estrutura administrativa.

A execução direta pela Administração apresenta limitações técnicas, operacionais e financeiras que tornam inviável a prestação dos serviços de saúde de forma eficiente. Primeiramente, a Secretaria Municipal de Saúde não dispõe de profissionais suficientes e especializados para cobrir todas as áreas do serviço, incluindo coordenação administrativa, execução de ações básicas de saúde, logística e suporte técnico. A contratação de servidores públicos, via concurso, demandaria tempo elevado, impossibilitando a continuidade imediata das ações.

Além disso, a gestão de serviços de saúde de forma integrada exige experiência e capacitação específicas, que a estrutura atual não possui em quantidade suficiente. A execução direta implicaria reorganização interna complexa, com risco de descontinuidade dos serviços essenciais. Há ainda limitações orçamentárias e legais: a Lei de Responsabilidade Fiscal e os limites orçamentários vigentes restringem a ampliação imediata do quadro funcional, e o aumento de pessoal e aquisição de insumos e equipamentos demandaria procedimentos burocráticos e tempo incompatível com a urgência da demanda.

Considerando a urgência na prestação dos serviços, a população necessita de atendimento contínuo e de qualidade. A execução direta exigiria tempo incompatível com a necessidade de manutenção das ações de saúde, podendo gerar prejuízos à saúde pública.





Diante dessas limitações — deficiência de pessoal qualificado, insuficiência de estrutura administrativa, restrições orçamentárias e urgência do serviço — conclui-se que a execução direta pela Administração Pública é inviável. Portanto, a contratação de empresa ou entidade especializada, mediante dispensa de licitação, constitui a alternativa mais adequada, garantindo continuidade, eficiência e qualidade na execução das ações e serviços de saúde no Município de Bom Conselho – PE, em conformidade com o artigo 75 da Lei nº 14.133/2021.

9. Requisitos da Contratação

A contratação pretendida deverá observar um conjunto de requisitos técnicos, administrativos e legais que assegurem a eficiência, a economicidade e a regularidade na execução do objeto. O principal requisito é que a empresa ou entidade contratada possua comprovada capacidade técnica e experiência anterior na gestão e operacionalização de serviços de saúde, especialmente em municípios de porte e características semelhantes às de Bom Conselho – PE. Tal comprovação deverá ser feita mediante apresentação de atestados de capacidade técnica, declarações de desempenho satisfatório ou outros documentos idôneos que demonstrem a qualificação necessária para o desempenho das atividades.

Outro requisito essencial diz respeito à disponibilidade de equipe técnica multiprofissional, composta por profissionais de saúde e apoio administrativo com formação, registro profissional e experiência compatíveis com as funções a serem desempenhadas. Essa equipe deverá estar apta a realizar atividades de coordenação, planejamento, execução e controle das ações e serviços de saúde, garantindo o cumprimento das metas e indicadores definidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

A contratada deverá ainda comprovar regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e previdenciária, conforme exigido pelos artigos 63 e 67 da Lei nº 14.133/2021, bem como atender às normas de segurança e saúde do trabalho e às legislações específicas da área da saúde. O contrato deverá conter cláusulas que assegurem transparência na execução financeira, prestação de contas periódica e fiscalização contínua por parte da Administração, de modo a garantir o uso eficiente dos recursos públicos e a conformidade com os princípios da legalidade, eficiência e moralidade administrativa.

Adicionalmente, a execução contratual deverá observar os seguintes requisitos





operacionais: manutenção da continuidade dos serviços de saúde, cumprimento de padrões de qualidade e produtividade, adoção de protocolos técnicos compatíveis com as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) e garantia de atendimento humanizado à população. A contratada deverá apresentar plano de trabalho detalhado, contendo metas, prazos, indicadores de desempenho e formas de monitoramento.

Por fim, é requisito imprescindível que o valor proposto seja compatível com a estimativa de custos elaborada pela Administração, demonstrando vantajosidade econômica e equilíbrio entre qualidade e preço. O contrato resultante deverá conter dispositivos que permitam à Administração exercer o controle efetivo da execução, bem como aplicar penalidades em caso de descumprimento das obrigações.

Assim, o atendimento integral a esses requisitos assegurará que a contratação seja realizada de forma transparente, eficiente e em conformidade com os parâmetros técnicos e legais, garantindo a prestação adequada e contínua dos serviços de saúde no Município de Bom Conselho – PE.

10. Estimativa de Quantitativos.

A estimativa de quantitativos tem por objetivo dimensionar os recursos humanos necessários para o pleno funcionamento dos serviços de saúde municipais, abrangendo tanto as unidades fixas quanto as ações itinerantes e de apoio. Essa estimativa foi elaborada a partir da análise das necessidades da rede pública de saúde, das equipes vinculadas à Estratégia Saúde da Família (ESF) e dos serviços complementares oferecidos pelo Município de Bom Conselho – PE.

Os quantitativos de profissionais indicados refletem a demanda atual e projetada para a manutenção e ampliação dos serviços, assegurando cobertura assistencial adequada e atendimento contínuo à população. O período de referência considerado é de 12 (doze) meses.

Estimativa de Quantitativos de Pessoal

| Categoria Profissional | Quantidade Estimada |
|--|---------------------|
| Auxiliar de Saúde Bucal da Estratégia Saúde da Família | 07 |





| | |
|---|----|
| Cirurgião-Dentista da Estratégia Saúde da Família | 10 |
| Enfermeiro da Estratégia Saúde da Família | 15 |
| Enfermeiro | 07 |
| Fonoaudiólogo | 01 |
| Fisioterapeuta | 06 |
| Auxiliar de Laboratório de Análises Clínicas | 03 |
| Médico Anestesista | 02 |
| Médico Clínico Geral | 18 |
| Médico Cirurgião | 04 |
| Médico Cardiologista | 01 |
| Médico da Estratégia Saúde da Família | 04 |
| Médico Pediatra | 02 |
| Médico – Outras Especialidades | 05 |
| Psicólogo Clínico | 02 |
| Técnicos de Enfermagem da Estratégia Saúde da Família | 14 |
| Técnicos de Enfermagem | 20 |
| Sanitarista | 01 |
| Auxiliar de Serviços Gerais | 24 |
| Atendente | 21 |
| Auxiliar de Almoxarifado | 02 |
| Digitador | 07 |
| Condutor | 16 |
| Coordenador | 05 |
| Cozinheiro | 08 |
| Farmacêutico | 02 |
| Auxiliar de Farmácia | 16 |
| Maqueiro | 04 |
| Técnico em Manutenção | 01 |
| Recepcionista | 07 |
| Técnico em Radiologia | 04 |





| | |
|---------------------------------|-----|
| Total Estimado de Profissionais | 239 |
|---------------------------------|-----|

Análise e Fundamentação

A composição da equipe foi projetada para atender de forma integral às necessidades das unidades de saúde municipais, considerando tanto as ações assistenciais quanto o suporte técnico, administrativo e logístico.

As categorias vinculadas à Estratégia Saúde da Família (ESF) — como médicos, enfermeiros, técnicos e auxiliares de saúde bucal — representam a base das ações de atenção primária, essenciais para o acompanhamento territorial e a prevenção de doenças. Já as demais categorias — médicos especialistas, psicólogos, fisioterapeutas, farmacêuticos e técnicos de apoio — garantem o suporte aos serviços de média complexidade e ao funcionamento da rede como um todo.

Os profissionais administrativos, de apoio e manutenção são indispensáveis à gestão, controle de insumos, transporte, alimentação e funcionamento das unidades, assegurando a continuidade e eficiência do serviço.

Conclusão

A estimativa total de 239 profissionais demonstra o dimensionamento adequado da força de trabalho necessária para o cumprimento das metas de saúde pública do Município de Bom Conselho – PE. Esse quantitativo foi definido com base nas demandas efetivas da população, na estrutura física disponível e na necessidade de garantir cobertura integral e contínua dos serviços.

Assim, os dados apresentados servirão de referência para o dimensionamento dos custos, o planejamento orçamentário e a definição das obrigações contratuais, garantindo transparência, eficiência e regularidade na execução da futura contratação.

11. Análise de Soluções de Mercado

Para fundamentar a contratação pretendida, foi realizada uma análise das soluções disponíveis no mercado, com o objetivo de identificar as alternativas existentes para a execução





dos serviços de gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde no Município de Bom Conselho – PE. Essa análise teve como base consultas a contratos similares celebrados por outros municípios, pesquisa de preços, experiências de gestão em saúde pública e informações técnicas de empresas e entidades que atuam no setor.

O mercado nacional apresenta um conjunto diversificado de modelos de prestação de serviços de saúde, tanto por empresas privadas especializadas quanto por organizações sociais, fundações e entidades filantrópicas. Esses agentes oferecem soluções que variam conforme o porte do município, o escopo de serviços a serem executados e o grau de integração entre gestão administrativa e assistência direta à população.

No segmento específico de gestão e operacionalização de serviços de saúde municipais, observa-se que diversas empresas e organizações possuem expertise na coordenação de equipes multiprofissionais, na execução de programas de atenção básica e especializada, na gestão de insumos e na prestação de apoio técnico e logístico às Secretarias Municipais de Saúde. Essa expertise é frequentemente associada à adoção de sistemas informatizados de controle de produtividade, acompanhamento de metas e prestação de contas em tempo real, o que favorece maior transparência e eficiência na execução contratual.

A pesquisa de mercado também indicou que a contratação de entidades ou empresas especializadas é a solução mais adotada em municípios de porte semelhante ao de Bom Conselho, especialmente quando há necessidade de garantir a continuidade dos serviços e de superar limitações de estrutura administrativa. Tais contratações têm se mostrado adequadas por possibilitar flexibilidade operacional, gestão técnica profissionalizada e capacidade de resposta imediata às demandas locais de saúde pública.

Foram analisadas alternativas como a execução direta pela Administração, a formação de consórcio intermunicipal e a parceria com organizações da sociedade civil (OSC). Contudo, essas soluções apresentaram limitações: a execução direta esbarra em restrições legais e de pessoal; a formação de consórcio demandaria estruturação demorada e incompatível com a urgência; e as parcerias com OSC exigem processo de qualificação prévio, o que inviabiliza sua adoção imediata.

Assim, conclui-se que o mercado dispõe de empresas e entidades qualificadas capazes de prestar o serviço de forma eficiente, segura e contínua, atendendo às exigências técnicas e legais impostas pela Lei nº 14.133/2021. A contratação direta de empresa especializada, por dispensa de





licitação, representa a solução mais adequada e aderente à realidade municipal, garantindo o cumprimento das metas assistenciais e a melhoria da qualidade dos serviços de saúde prestados à população de Bom Conselho – PE.

12. Justificativa da Escolha da Solução

Após a análise das alternativas disponíveis no mercado, verificou-se que a contratação de empresa ou entidade especializada em gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde representa a solução mais adequada às necessidades do Município de Bom Conselho – PE.

Essa opção se justifica, primeiramente, pela complexidade e abrangência das atividades de saúde que demandam gestão integrada, controle técnico e suporte administrativo contínuo. A estrutura atual da Administração Municipal não dispõe de quadro de pessoal suficiente, tampouco de recursos logísticos e tecnológicos, para executar de forma direta todos os serviços assistenciais e de apoio necessários à manutenção da rede de saúde municipal.

A contratação de empresa especializada permitirá a alocação imediata de profissionais qualificados, a garantia da continuidade dos serviços e o cumprimento das metas assistenciais estabelecidas pela Secretaria Municipal de Saúde, com base nas diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS). Além disso, possibilita maior flexibilidade operacional e capacidade de resposta rápida a situações emergenciais, o que é essencial em contextos de variação de demanda e de necessidade de cobertura integral do atendimento à população.

Do ponto de vista técnico e econômico, a solução adotada apresenta vantajosidade comprovada, pois combina eficiência na execução com racionalização de custos administrativos e de gestão de pessoal. A terceirização das atividades-meio e a centralização da coordenação técnica em uma única contratada permitem reduzir desperdícios, melhorar o controle de recursos públicos e otimizar processos de trabalho, refletindo em ganhos diretos na qualidade do atendimento.

A opção também se mostra legalmente adequada, uma vez que se fundamenta nas hipóteses de dispensa de licitação previstas no art. 75 da Lei nº 14.133/2021, observando os princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público. Ademais, a contratação de entidade ou empresa especializada é prática consolidada em diversos municípios de porte





similar, que obtiveram resultados positivos na ampliação da cobertura e na melhoria dos indicadores de saúde.

Assim, diante das condições operacionais do município, da necessidade de manter a prestação ininterrupta dos serviços e da comprovação de que o mercado oferece soluções viáveis e qualificadas, conclui-se que a contratação de empresa especializada é a alternativa mais eficiente, econômica e compatível com o interesse público, assegurando a gestão plena e eficaz das ações e serviços de saúde de Bom Conselho – PE.

13. Avaliação de Riscos da Contratação

A presente avaliação de riscos tem por objetivo identificar, analisar e propor medidas de mitigação para os principais riscos associados à contratação de empresa especializada na gestão, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde no Município de Bom Conselho – PE.

A análise foi conduzida com base em critérios de probabilidade e impacto, considerando os riscos técnicos, administrativos, operacionais, financeiros e jurídicos que podem comprometer o alcance dos resultados esperados. O intuito é garantir que a contratação seja conduzida de forma segura, eficiente e alinhada aos princípios da boa governança pública.

Tabela 1 – Identificação e Tratamento de Riscos

| Categoria do Risco | Descrição do Risco | Probabilidade | Impacto | Medidas Preventivas / Mitigadoras |
|---------------------------|---|----------------------|----------------|---|
| Técnico | Deficiência na qualificação dos profissionais disponibilizados pela contratada. | Média | Alto | Exigir comprovação de experiência e registros profissionais; fiscalização contínua e substituição imediata em caso de não conformidade. |
| Operacional | Interrupção dos serviços por falta de | Média | Alto | Inserir cláusulas contratuais de |





| | | | | |
|---------------------------------|---|-------|-------|---|
| | pessoal, equipamentos ou insumos. | | | continuidade; prever plano de contingência e penalidades em caso de paralisação. |
| Financeiro | Atraso nos pagamentos por parte do Município ou má gestão financeira da contratada. | Baixa | Alto | Estabelecer cronograma financeiro; exigir garantias contratuais e comprovação de saúde financeira da empresa. |
| Administrativo | Falhas na comunicação entre a contratada e a Secretaria de Saúde, prejudicando o controle das atividades. | Média | Médio | Designar gestor e fiscais do contrato; realizar reuniões periódicas de acompanhamento e relatórios mensais de execução. |
| Jurídico | Descumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias pela contratada. | Média | Alto | Exigir documentação comprobatória mensal; reter pagamentos em caso de irregularidade; prever rescisão contratual por inadimplência. |
| De Imagem / Reputacional | Reclamações de usuários ou baixa qualidade nos serviços prestados. | Média | Alto | Implementar sistema de ouvidoria; monitorar indicadores de qualidade e satisfação; exigir planos de melhoria contínua. |
| Tecnológico | Falhas nos sistemas de informação utilizados | Baixa | Médio | Exigir sistema informatizado |





| | | | | |
|----------------------------|--|-------|-------|--|
| | para registro e monitoramento das ações. | | | compatível com o SUS e manutenção técnica regular. |
| Legal / Regulatório | Mudanças na legislação ou nas normas do SUS que impactem o contrato. | Baixa | Médio | Prever cláusulas de reequilíbrio econômico-financeiro e adequação às novas normas. |

Conclusão

A análise de riscos demonstra que a contratação envolve fatores críticos relacionados principalmente à qualificação profissional, continuidade dos serviços e regularidade trabalhista e financeira da contratada. No entanto, a adoção das medidas preventivas e mitigadoras propostas — especialmente a fiscalização ativa, a exigência de documentação regular e a inclusão de cláusulas contratuais de desempenho e penalidade — reduz significativamente a probabilidade de ocorrência de impactos negativos.

Com a implementação desses mecanismos de controle, a Administração Municipal assegura a execução estável, eficiente e transparente do contrato, garantindo a prestação ininterrupta e de qualidade dos serviços de saúde à população de Bom Conselho – PE.

14. Viabilidade da Contratação

A análise técnica, administrativa, financeira e jurídica realizada ao longo do Estudo Técnico Preliminar evidencia a plena viabilidade da contratação de organização ou empresa especializada para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde no Município de Bom Conselho – PE.

A necessidade foi identificada a partir da demanda contínua por serviços de saúde pública e da limitação da estrutura administrativa municipal para executar diretamente todas as atividades de assistência, apoio e gestão. O objeto da contratação está alinhado às diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) e às metas definidas pela Secretaria Municipal de Saúde, garantindo a continuidade, qualidade e eficiência dos serviços prestados à população.

Do ponto de vista técnico, o mercado dispõe de empresas e entidades qualificadas com





experiência comprovada na gestão e execução de serviços de saúde em municípios de porte similar, o que assegura a disponibilidade de mão de obra especializada, equipamentos e infraestrutura necessários. As pesquisas realizadas e as experiências de contratações anteriores em outras administrações públicas indicam que o modelo proposto é amplamente utilizado e apresenta resultados satisfatórios em desempenho e economicidade.

Sob o aspecto financeiro, a estimativa de custos elaborada pela Administração demonstra compatibilidade com os valores praticados pelo mercado, respeitando os princípios da economicidade e da vantajosidade previstos na Lei nº 14.133/2021. Ademais, a execução indireta permite otimizar recursos humanos e logísticos, reduzindo encargos administrativos e garantindo maior flexibilidade na gestão operacional.

A avaliação de riscos identificou possíveis ameaças à execução contratual, como falhas técnicas, trabalhistas e operacionais, mas também apresentou medidas preventivas e mitigadoras eficazes, como fiscalização contínua, acompanhamento por indicadores de desempenho e exigência de regularidade trabalhista e previdenciária. Tais mecanismos fortalecem o controle e reduzem a probabilidade de impactos negativos.

Dessa forma, conclui-se que a contratação é tecnicamente exequível, economicamente vantajosa e juridicamente adequada, atendendo aos princípios da legalidade, eficiência, transparência e interesse público. A medida garantirá o funcionamento regular da rede municipal de saúde e a ampliação da cobertura assistencial, assegurando à população de Bom Conselho – PE o acesso permanente a serviços de saúde de qualidade.

Assim, a contratação proposta revela-se plenamente viável, devendo prosseguir para as etapas subsequentes de dispensa de licitação, com base no art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021, e posterior formalização contratual, observando todos os requisitos técnicos e legais aplicáveis.

15. Adequação Orçamentária

A contratação objeto deste Estudo Técnico Preliminar encontra-se devidamente adequada e compatível com a programação orçamentária e financeira do Município de Bom Conselho – PE, observando o disposto nos arts. 18, inciso VIII, e 70, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como nas disposições da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O valor estimado para a contratação está contemplado na Lei Orçamentária Anual (LOA)





vigente, dentro da dotação orçamentária específica da Secretaria Municipal de Saúde, destinada à manutenção e custeio das ações e serviços de atenção básica, média e alta complexidade. A despesa está devidamente classificada como de custeio, e sua execução respeitará os limites e metas fiscais estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e no Plano Plurianual (PPA) do município.

A Administração Municipal assegurará que a execução do contrato ocorra dentro do exercício financeiro previsto, com disponibilidade orçamentária suficiente para cobrir integralmente os custos decorrentes da prestação dos serviços, incluindo encargos trabalhistas, previdenciários e tributários incidentes.

Além disso, o empenho da despesa será realizado de forma prévia à assinatura do contrato, conforme previsto no art. 116 da Lei nº 4.320/1964, garantindo o cumprimento do princípio da responsabilidade fiscal e evitando a assunção de obrigações sem prévia dotação orçamentária.

Em caso de prorrogação contratual, a Secretaria Municipal de Saúde providenciará a atualização da previsão orçamentária nos exercícios subsequentes, assegurando a continuidade dos serviços e o equilíbrio financeiro do contrato.

Dessa forma, verifica-se que a contratação proposta é plenamente adequada e compatível com o orçamento municipal, atendendo aos requisitos legais, às diretrizes fiscais e à boa prática da gestão pública, assegurando que sua execução ocorrerá dentro dos parâmetros de legalidade, economicidade e sustentabilidade financeira.

16. Conclusão

Após a análise detalhada das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Bom Conselho – PE, bem como da avaliação das alternativas existentes, dos riscos, custos e aspectos legais envolvidos, conclui-se que a contratação de empresa especializada em gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde é plenamente justificada, viável e necessária para assegurar a continuidade e a eficiência da assistência à população.

O estudo demonstrou que o Município enfrenta limitações estruturais e de pessoal para executar diretamente todas as atividades da rede municipal de saúde, tornando indispensável a adoção de uma solução que garanta gestão técnica qualificada, suporte administrativo eficiente e execução operacional contínua.





Verificou-se, ainda, que o mercado dispõe de empresas e entidades com capacidade técnica comprovada para prestar os serviços pretendidos, o que confirma a exequibilidade e vantajosidade da contratação. A estimativa de custos elaborada encontra-se compatível com os valores de mercado e com a dotação orçamentária disponível, atendendo aos princípios da economicidade e da responsabilidade fiscal.

A avaliação de riscos indicou possíveis pontos críticos — como falhas técnicas, administrativas ou financeiras —, mas também apresentou mecanismos de mitigação eficazes, como a fiscalização constante, a exigência de qualificação técnica e o monitoramento por indicadores de desempenho. Tais medidas asseguram a confiabilidade da execução e o alcance dos resultados esperados.

Dessa forma, conclui-se que a contratação proposta atende aos requisitos técnicos, jurídicos e financeiros exigidos pela Lei Federal nº 14.133/2021, garantindo a observância dos princípios da legalidade, eficiência, transparência e interesse público.

Em síntese, a presente contratação revela-se imprescindível para a manutenção da rede municipal de saúde, assegurando à população de Bom Conselho – PE o acesso contínuo, humanizado e de qualidade aos serviços de saúde, em conformidade com as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) e com a boa governança pública.

Bom Conselho 01 de outubro de 2025

Nome: Ana Nery Rabêlo dos Santos

Responsável pela Elaboração

José Zenício dos Santos

Secretário Municipal de Saúde





MAPA DE ANÁLISE DE RISCOS

OBJETO:

1. Introdução

O presente Mapa de Análise de Riscos tem como objetivo identificar, classificar, avaliar e propor medidas de prevenção e mitigação dos riscos associados à contratação de organização ou empresa especializada para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde no Município de Bom Conselho – PE.

A metodologia aplicada considera as dimensões técnica, operacional, financeira, jurídica e reputacional, analisando a probabilidade de ocorrência e o impacto potencial de cada risco, em conformidade com o ciclo de gestão do contrato e com os princípios da boa governança pública.

2. Classificação e Escala de Avaliação

- **Probabilidade:**
 - **Baixa (B):** improvável de ocorrer.
 - **Média (M):** pode ocorrer em determinadas circunstâncias.
 - **Alta (A):** provável ou recorrente.
- **Impacto:**
 - **Baixo (B):** efeitos mínimos, de fácil correção.
 - **Médio (M):** afeta o desempenho, mas com solução administrativa.
 - **Alto (A):** compromete a continuidade ou gera danos significativos.
- **Nível de Risco:**
 - Calculado combinando probabilidade e impacto:
 - **Baixo:** Controle de rotina.
 - **Moderado:** Monitoramento periódico.
 - **Crítico:** Ações imediatas e plano de contingência.

3. Mapa Detalhado de Riscos





| Categoria | Descrição do Risco | Causas Prováveis | Consequências Potenciais | Probabilidade | Impacto | Nível de Risco | Medidas Preventivas / Mitigadoras | Responsável pelo Controle |
|-------------------------------|--|---|--|---------------|---------|-----------------|---|--|
| Técnico / Operacional | Falha na alocação de profissionais qualificados. | Processo seletivo ineficiente da contratada; alta rotatividade. | Queda na qualidade dos atendimentos e descumprimento de metas. | M | A | Crítico | Exigir comprovação de experiência e habilitação; prever substituição imediata em contrato. | Fiscal do Contrato / Coordenação da Saúde. |
| Operacional | Interrupção dos serviços de saúde. | Greve, falta de insumos, ausência de reposição de pessoal. | Paralisação total ou parcial dos atendimentos à população. | M | A | Crítico | Cláusulas contratuais de continuidade; plano de contingência; monitoramento diário. | Gestor do Contrato / Contratada. |
| Financeiro | Atraso nos pagamentos pela Administração. | Restrição orçamentária ou falhas processuais. | Comprometimento da execução contratual; atraso em salários. | B | A | Moderado | Planejamento financeiro antecipado; cronograma de desembolso e reserva de dotação. | Secretaria de Finanças / Saúde. |
| Financeiro | Má gestão de recursos pela contratada. | Falta de controle interno; desvio de finalidade. | Irregularidades contábeis e descumprimento contratual. | M | A | Crítico | Exigir relatórios financeiros mensais e prestação de contas; auditoria periódica. | Controle Interno / Fiscalização. |
| Administrativo | Falhas na comunicação entre contratada e Secretaria. | Ausência de reuniões e relatórios sistemáticos. | Dificuldade no acompanhamento e controle de metas. | M | M | Moderado | Reuniões mensais de acompanhamento; canais formais de comunicação. | Gestor do Contrato / Coordenação Técnica. |
| Jurídico / Trabalhista | Descumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias. | Falta de recolhimento de encargos pela contratada. | Responsabilização subsidiária do Município. | M | A | Crítico | Exigir comprovação mensal de encargos pagos; retenção de valores em caso de irregularidade. | Fiscal Administrativo / Setor Jurídico. |
| Legal / Contratual | Descumprimento das cláusulas do contrato. | Falta de monitoramento; negligência na execução. | Penalidades contratuais e prejuízo ao erário. | B | M | Moderado | Fiscalização contínua; aplicação de sanções conforme a Lei nº | Gestor do Contrato. |



| | | | | | | | | |
|------------------------------|--|--|---|---|---|-----------------|---|--|
| Tecnológico | Falhas nos sistemas de informação de controle de atendimentos. | Problemas de conectividade e ou software inadequado. | Perda de dados e falhas em relatórios. | B | M | Moderado | 14.133/2021. Exigir sistema compatível com o e-SUS; backup regular de dados. | TI da Prefeitura / Contratada. |
| Sanitário / Ambiental | Inadequação das condições de trabalho e higiene. | Falta de manutenção ou limpeza. | Riscos à saúde de servidores e pacientes. | B | A | Moderado | Inspeções periódicas; cumprimento das normas da vigilância sanitária. | Coordenação de Saúde / Fiscal do Contrato. |
| Reputacional | Reclamações da população ou mídia negativa. | Atendimento precário ou falhas éticas. | Danos à imagem da Administração. | M | M | Moderado | Implantar ouvidoria; acompanhamento de indicadores de satisfação. | Secretaria de Saúde / Ouvidoria. |

4. Análise Consolidada

A matriz demonstra que os riscos de maior criticidade estão concentrados nas áreas técnica, operacional e jurídico-trabalhista, exigindo acompanhamento contínuo e mecanismos de controle específicos.

A adoção de instrumentos como planos de contingência, relatórios de desempenho mensais, auditorias internas e comprovação periódica de regularidade fiscal e trabalhista é essencial para reduzir as chances de falhas e garantir a estabilidade contratual.

5. Conclusão

Com base na análise apresentada, verifica-se que os riscos identificados são administráveis e mitigáveis, desde que as medidas preventivas propostas sejam implementadas e monitoradas de forma sistemática.

O controle efetivo do contrato, aliado à transparência e à boa comunicação entre as partes, permitirá a execução eficiente, segura e contínua dos serviços de saúde, garantindo a proteção do interesse público e o cumprimento dos objetivos pactuados.

Dessa forma, o presente Mapa de Análise de Riscos confirma a viabilidade e segurança da contratação, atendendo aos princípios da eficiência, legalidade e responsabilidade administrativa, previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.





PREFEITURA DE
BOM CONSELHO
Construindo uma nova história



www.bomconselho.pe.gov.br

Bom Conselho, 01 de outubro de 2025.

Willans Ferreira de Oliveira

Responsável Técnico



PORTAL DA TRANSPARENCIA
<http://cloud-it-solucoes.inf.br/transparenciaMunicipal/download/51-20251124162312.pdf>
assinado por: idUser 458